

HUMANAS E SOCIAIS

V.9 • N.2 • 2021 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2021v9n2p183-200



A LUTA POLÍTICA DOS COLETIVOS JUVENIS NA PERIFERIA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

THE POLITICAL STRUGGLE OF YOUTH COLLECTIVES IN THE OUTSKIRTS AND THE RESTIGNIFICATION OF THE TERRITORY

LA LUCHA POLÍTICA DE LOS COLECTIVOS JUVENILES EN LA PERIFERIA Y LA RESIGNIFICACIÓN DEL TERRITORIO

Peter Augusto da Silva¹
Paulo Roberto da Silva Junior²

RESUMO

Buscamos refletir neste artigo sobre as contribuições da luta política de coletivos juvenis inseridos em contextos de favelas/periferias para o processo de ressignificação do território. Considerando a importância de um posicionamento crítico diante dos discursos estigmatizantes e reducionistas que traduzem a favela como lugar de criminalidade e pobreza, abordamos este território a partir de chaves de leituras que possibilitem a captura da sua dimensão política, de diversidade e resistência. Com base em uma metodologia de revisão teórica, refletimos sobre o conceito de território, abordamos os discursos que se produzem sobre a favela e destacamos a noção de identidade coletiva, a partir da análise dos aspectos psicopolíticos da luta política juvenil. Os resultados revelam que o impacto da luta desses coletivos no território configura-se como perspectiva de um devir que, perante as condições de exclusão social, resistem, buscam, a partir de suas lutas e conteúdo, apropriar-se de suas potencialidades e produzir novos processos de ressignificação do território, concomitante, a produção de saídas às narrativas hegemônicas.

PALAVRAS-CHAVE

Território. Periferia. Favela. Coletivos Juvenis. Ação Política.

ABSTRACT

We seek to reflect in this article on the contributions of the political struggle of youth collectives inserted in contexts of slums/peripheries for the process of resignification of the territory. Considering the importance of a critical positioning in the face of stigmatizing and reductionist discourses that translate the favela as a place of crime and poverty, we approach this territory from reading keys that allow the capture of its political dimension, diversity and resistance. Based on a theoretical review methodology, we reflect on the concept of territory, approach the discourses that are produced about the favela and highlight the notion of collective identity, from the analysis of the psychopolitical aspects of the youth political struggle. The results reveal that the impact of the struggle of these collectives in the territory is configured as a perspective of a future that, before the conditions of social exclusion, resist, and seek, from their struggles and contents, to appropriate their potentialities and produce new processes of resignification of the territory and, concomitantly, the production of outputs to hegemonic narratives.

KEYWORDS

Territory. Outskirts. Shantytown. Youth collectives. Political action.

RESUMEN

Buscamos reflexionar en este artículo sobre los aportes de la lucha política de los colectivos juveniles insertados en contextos de barrios marginales/periferias al proceso de redefinición del territorio. Considerando la importancia de una posición crítica frente a los discursos estigmatizantes y reduccionistas que traducen la favela como lugar de delincuencia y pobreza, nos acercamos a este territorio a partir de claves de lectura que permitan captar su dimensión política, diversidad y resistencia. A partir de una metodología de revisión teórica, reflexionamos sobre el concepto de territorio, abordamos los discursos que se producen sobre la favela y destacamos la noción de identidad colectiva, a partir del análisis de los aspectos psicopolíticos de la lucha política juvenil. Los resultados revelan que el impacto de la lucha de estos colectivos en el territorio se configura como una perspectiva de un devenir que, ante condiciones de exclusión social, resisten y buscan, desde sus luchas y contenidos, apropiarse de sus potencialidades y producir nuevos procesos de redefinición del territorio y, al mismo tiempo, la producción de soluciones a las narrativas hegemónicas.

PALABRAS CLAVE

Territorio. Periferia. Favela. Colectivos juveniles. Acción política.

1 INTRODUÇÃO

O discurso que atravessa uma perspectiva reducionista da favela, traduzindo-a como lugar de pobreza e de carência é hegemônico e amplamente difundido pelos meios de comunicação. Essa concepção pauta a favela a partir de julgamentos morais e de juízos de valores, designando-a de maneira pejorativa, como lugar social de pessoas pobres, desqualificadas e de poucas potencialidades. Essa assertiva compreende a favela como lugar restrito de desordem, carência e supervaloriza o crime e o tráfico, sustentando-se nas representações estereotipadas que relacionam o morador da favela à dimensão da ilegalidade (CRUZ, 2007).

O que torna emblemático dentro dessa perspectiva é que, ao considerar-se a favela como uma disfunção ou um problema que afeta ou devora a “qualidade” da cidade, se camufla e inviabiliza sua compreensão como espaço de potencialidades, diversificado socialmente, culturalmente e economicamente, bem como não reconhece esses territórios como lugares de emergência de resistências. Ao debruçar-se sob um ângulo de criticidade, é possível pautar-se em análises que decifrem a dimensão dialética dessa realidade, abordando outras narrativas – que antemão não excluem a condição periférica – e, visibilizando a potência de singularidades no processo de (re)criação de novas referências e territórios existenciais. Dessa forma, o objetivo principal deste texto é o de buscar compreender a atuação de coletivos juvenis em contextos de favela e periferia e suas contribuições para a ressignificação do território.

A luta política dos jovens nos apresenta o paradoxo analítico entre leituras que apontam tanto para uma apatia em relação às coisas da vida comum, ao não envolvimento político de transformação, quanto para uma visão que aponta um casamento sem divórcio entre juventude e política, pautando os jovens como naturalmente engajados nas ações políticas (MAYORGA, 2013). Dessa forma, o paradoxo desencantamento da juventude versus sujeito político portador do novo nos mostra diferentes caminhos a serem trilhados pela juventude periférica que se organiza por meio de coletivos para produzir uma ressignificação do próprio território.

Fazem isso a partir do seu próprio campo social, passando a se posicionar criticamente diante das desigualdades sociais e da criminalização da pobreza, e da construção de um repertório de novas significações e representações. Assim, buscaremos apontar neste texto as possíveis contribuições dos coletivos juvenis para o processo de reinvenção da favela, da sua transformação de um espaço estigmatizado e lido como violento, habitado por sujeitos compreendidos socialmente como economicamente, cultural e subjetivamente pobres, em um local da diversidade, da resistência e da reexistência (ZANELLA *et al.*, 2012).

Do campo social de alguns jovens favelados fazem parte o convívio com a violência e o tráfico de drogas, o contato com as armas de fogo, a prisão e a morte de amigos e conhecidos, a criminalização da pobreza, a violência policial, o preconceito racial e o pautado no lugar de origem, a privação simbólica, territorial e material. Este campo social dos jovens é perpassado, portanto, por situações e fenômenos que provocam constrangimentos sociais, humilhações, privações, precarização material e simbólica, mas, também, oferece saídas para a contestação deste cotidiano marcado por lógicas de subordinação e de manutenção das hierarquias sociais, nas quais as experiências juvenis encontram-se enredadas.

Uma destas possibilidades de fuga e de contraposição ao contornamento das experiências juvenis (TOMMASI, 2005) é dada pela construção de uma rede de organizações de jovens, como no caso da cultura *hip hop*. Os jovens começam a se articular e a se organizar a partir dos grupos de rap para mostrar que “num contexto dominado pela lógica letal da violência ligada ao tráfico e ao crime organizado, é possível falar de amor, amizade, música e arte, sem perder a consciência da desigualdade e da dor” (ZENI, 2004, p. 229). Os coletivos juvenis, enquanto espaços da construção da identidade política (PRADO, 2002) e da problematização das hierarquias sociais, reúnem, desse modo, jovens que, ao partirem de suas experiências pessoais, empreendem um movimento de reflexividade crítica, ou seja, uma releitura das relações sociais, a partir da qual eles passam a questionar o mundo dado e a construir a saída da posição ingênua para a posição crítica.

Compreendemos a formação de coletivos no contexto contemporâneo a partir de teorias e modelos que fazem referência a sistemas de ação que expliquem a complexidade do ator e das suas relações com o campo social (MELUCCI, 2011), e que buscam captar o sujeito/ator como aquele que lança em negociação suas concepções, imagens, percepções e intuições em relação ao mundo. Desse processo, nasce um movimento de desinstitucionalização e revinculação a domínios não institucionais da luta política juvenil, sendo considerada uma reinvenção da própria política (AUGUSTO, 2008; BACELAR, 2010).

As questões que têm interessado os coletivos juvenis se concentram na possibilidade de escolher diferentes modos de vida e na atuação sobre dilemas vivenciados de forma mais próxima, como é o caso da estigmatização da favela e do seu morador. Essas formas de ação ou associação têm sido consideradas, portanto, como ampliação da esfera pública que significa dar novos sentidos ao território e ressignificar a favela.

Para tanto, apresentamos neste texto reflexões, a partir de um estudo de revisão teórica, sobre as contribuições da luta política de coletivos juvenis inseridos em contextos de favelas/periferias para o processo de ressignificação do território. Buscamos refletir sobre quais são as implicações dessa luta, por meio da atuação de coletivos, na (re) produção de outras referências nos territórios da periferia.

Destacamos, de antemão, que o ativismo juvenil nos artigos analisados aponta a cultura *hip hop* como oportunidade para a construção da denúncia, do protesto e da valorização da periferia. Ao compartilharem entre si visões de mundo que os orientam a determinados posicionamentos perante um quadro, severamente, marcado pela desigualdade de classe, raça e acesso à cidade, esses jovens usam do rap, do *break* e do grafite como canal de expressão do orgulho negro, do compromisso com as comunidades pobres, a negação do crime como forma de ação (GEREMIAS, 2006), a valorização das artes consideradas marginais e uma atitude interventiva comprometida com a transformação da realidade.

Nesse contexto, desestigmatizar e desnaturalizar os discursos reducionistas que traduzem a favela como esse lugar de criminalidade e pobreza, como citado anteriormente, é inexorável para que a população que reside nesses territórios tenha acesso aos seus direitos. Considerando, também, que, esses discursos reducionistas sobre favela atravessam o âmbito das políticas públicas, entende-se a substancialidade de análises mais críticas para a atuação profissional, contribuindo na elaboração de intervenções que busquem refletir sobre a existência de redes articulatórias na periferia e sua condição de produzir processos de diferenciação potentes nos territórios.

A reflexão que aqui propomos se direciona no intuito de contribuir para o processo de deslocamento de análise para a perspectiva territorial, como um desafio necessário, implicando-se na supe-

ração de um paradigma societário que pauta as favelas como determinadas tipologias estereotipadas, destacando, para isso, a luta política dos coletivos juvenis e suas implicações.

2 TERRITÓRIO, FAVELA E LUTA POLÍTICA JUVENIL

A escolha por refletir sobre o conceito de território a luz do pensamento de Milton Santos perpassa pela sua perspectiva do referido conceito dando ênfase ao seu caráter político. Santos (2001) define território como a soma do chão mais a identidade, sendo que, identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, por meio e a partir das relações sociais. Nessa perspectiva, ele nega a visão tradicional da geografia sobre território, que o considera como um elemento estático com suas formações naturais, uma vez que sua reflexão sobre o referido conceito incide sob um ângulo do aspecto dinâmico, vivo e das inter-relações que perpassam no território, bem como seu papel significativo sobre a vida do indivíduo e do corpo social. Assim, o território é composto por produções coletivas, com materialidade histórica, social e as configurações físicas de uma dada área, abrangendo as singularidades espaciais, bem como as marcas produzidas pelos sujeitos.

Entende-se que essa concepção é substancial para indicar recursos analíticos e sociopolíticos na compressão do uso do território, de modo que, possibilita pautar o território como objeto de análise, para além da sua dimensão material, entendendo-o como sinônimo de espaço habitado e espaço humano. Nesse sentido, Santos (1996) explana sobre a inseparabilidade da dimensão material e imaterial do território, ressaltando a sua totalidade ao considerar os conteúdos que o constituem, suas implicações e seus usos. Essa conjectura é definida como uma noção de território usado, o que implica pensar o território em sua totalidade, abrangendo desde a dimensão política, dos usos, de interesses e das razões de ser e de existir. É uma compreensão nuclear para um entendimento mais crítico sobre o território, nas palavras de Santos (1994, p. 15), “é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva”.

Neste contexto, o conceito de território usado permite refletir também sobre as relações existentes entre o lugar, o mundo e a formação socioespacial, implicando-se como produto de um processo histórico, da base material, assim como social das novas ações humanas. Destarte, o autor afirma que, o lugar do território como ponto de partida de experiência do sujeito, demarcado socialmente por suas ações e pela relação entre território e os sujeitos, configura-se como estratégia de negociação diante da situação de exclusão social.

A correlação entre território e favela justifica-se pelo objetivo de relacionar a abordagem de território usado como ótica para ler a favela na perspectiva de um lugar de construção, práticas e vivências dos sujeitos sociais inscritos pelo seu modo de existir.

Inicialmente, é importante ressaltar que a expansão das favelas está relacionada a dois fatores sócio-históricos: o primeiro é o processo desigual de apropriação social da cidade e o segundo, refere-se ao movimento dialético de acumulação capitalista da propriedade privada e do poder político, que influencia na fragmentação do espaço urbano, o que, conseqüentemente, implica como estratégia

para homens e mulheres que vivenciam o contexto de desigualdade social, espaços que nunca foram reconhecidos pela sociedade e pelo Estado (BARBOSA; SILVA, 2013).

Conceituar o termo favela não é uma tarefa fácil, em decorrência do seu processo de ressignificação no campo do conhecimento, no entanto encontra-se ainda uma associação pejorativa – relacionada a julgamentos morais e juízos de valor – com a rotulação de lugar social das pessoas pobres: aos moradores da favela. Diante disso, Cruz (2007), a partir de estudos de uma perspectiva sociológica que reconhecem a complexidade social e urbana das favelas, bem como rompe com a lógica da favela como subproduto indesejável, define as favelas como um espaço no qual as formas de convivência são marcadas por uma condição de não ser parte de uma cidade planejada.

A perspectiva do reconhecimento da favela como parte da paisagem urbana é fundamental para retirar a favela da condição de invisibilidade na metrópole, e possibilita que a ela se torne “um fenômeno em questão para a cidade, exigindo o desvelamento de seu sentido social, político e territorial” (BARBOSA; SILVA, 2001, p. 2). Neste sentido, afirmar a favela não só como parte da cidade, mas também como aspecto constituinte da sua própria história e de seu devir, implica no reconhecimento e na reflexão – a partir de seus aspectos objetivos e subjetivos – sobre a diversidade de práticas socio-culturais e os conflitos presentes nesses territórios, superando a leitura limitada das favelas em si e tematizando a favela para si na cidade.

A concepção de diversidade de territórios produzidos no espaço urbano é substancial para entender que estes se sobrepõem, e, concomitante, apresentam realidades sociais diferentes. Cruz (2007) argumenta sobre o equívoco de pensar as favelas a partir de uma ótica de homogeneização, unificando situações e características sociais, demográficas e urbanas distintas da favela. Em relação aos discursos que produzem uma perspectiva hegemônica sobre a favela, a mesma é apresentada a partir de pressupostos estereotipados que a reduzem, generalizando as expressões de carência e de territórios precários, lócus da pobreza, desordenados e ilegítimos.

É inegável, conforme aponta Barbosa e Silva (2013) que essas comunidades vivenciam condições precárias de existência urbana, no entanto não se deve tomar a vulnerabilidade ou os territórios como espaço de pobreza, contudo identificar a reprodução territorial a partir das condições de uma subcidadania associada a uma construção geográfica e espacial. A lógica do discurso hegemônico sobre a favela nega as práticas plurais que tecem as lutas populares para habitar na cidade e não contempla os atos de resistência, estratégias e as particularidades nas invenções de proteção e rede de solidariedade entre os moradores, impedindo a percepção dos elementos patentes da sua diversidade.

Desse modo, se faz necessário estar atento para a intensa vida social nas favelas, evidenciando a sociabilidade vivenciada pelos moradores, seu processo de apropriação do território, que demarca a configuração e imprime significantes singulares que constituem suas identidades socioculturais. É justamente nesses territórios que ocorrem encontros cotidianos, em um permanente processo de ressignificação da cidade.

Prado (2005) afirma que é importante redimensionar a compreensão de dois elementos: o campo político e o espaço público. Esses dois elementos não devem ser reduzidos apenas à lógica do que é inerente a uma configuração concebida pela dimensão do regulatório e do que é instituciona-

lizado, pois impossibilita a consideração do pluralismo e a diversidade de manifestações políticas. É fundamental que ambos os elementos sejam compreendidos, também, a partir de uma perspectiva das relações sociais, da participação social de atores coletivos e de um espaço que se evidencie a insurgência de antagonismos sociais.

Essa alteração de perspectiva, ao considerar os atravessamentos da dimensão do campo político nas esferas da vida social, possibilita considerar o princípio da equivalência, a partir do momento que proporciona o “reconhecimento das demandas por igualdade entre os grupos e segmentos sociais” (PRADO, 2005, p. 52). Dessa maneira, concebe-se que os processos de interação, articulação e participação social são elementos axiais na constituição das identidades coletivas e políticas.

Dentro desse contexto, é importante conceituar brevemente a compreensão compartilhada de identidade coletiva. Segundo Prado (2005), a noção de identidade coletiva refere-se a um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que desencadeiam um conjunto de significações. Esse compartilhamento de crenças e valores e o desenvolvimento de sentimentos de pertença grupais são aspectos responsáveis pela constituição de uma unidade grupal, que se sustentam por meio de ações de reciprocidade e reconhecimento.

Prado (2005, p. 53), dando continuidade a essa perspectiva, o autor argumenta que “as identidades coletivas não são formas, mas sim processos psicossociais e políticos que dão nas relações intra e intergrupos, redefinindo a lógica de pertença e de diferenciação grupal”. Essa perspectiva possibilita visualizar o caráter politizado de identidades coletivas, pois reconhece o caráter opressivo das subordinações sociais.

Dessa maneira, o processo de constituição de identidades políticas, a partir de categorias psicossociais, permite compreender a identidade coletiva como um processo objetivo-subjetivo, que redimensiona as práticas e posicionamentos grupais pelo conjunto compartilhado de significados. Além disso, possibilita refletir que a identificação de um impedimento – a luz dessa perspectiva – decorrente de uma percepção de injustiça social, desvela o estabelecimento de um despertar desses atores no processo de deslegitimar posições históricas de opressão.

Como apontamos anteriormente, identificamos a concepção de uma natureza do agir coletivo no campo da juventude, a partir da qual se tem esperado dos jovens, historicamente, um engajamento político. Seriam os jovens em diversos contextos sociais o questionador da realidade, devendo ser ele o disparador das críticas e transformações a uma dada realidade social. No contexto brasileiro essa “natureza política” do jovem foi reforçada pelo papel desempenhado pela juventude na resistência à ditadura militar e na luta pela redemocratização do sistema político. Desnaturalizamos, portanto, essa concepção e apontamos para a construção da motivação política da juventude a partir do seu cotidiano.

Consideramos, dessa forma, que os coletivos juvenis produzem resistências que surgem para o enfrentamento de uma situação desigual, visando o estabelecimento de equivalências e antagonismos. Visam a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema, o que implica na ação política de agir para “além da gama de variações que certo sistema pode tolerar sem modificar a própria estrutura” (MELUCCI, 2011, p. 37). Ao direcionar-se à ruptura dos limites de compatibilidade do sistema, a resistência estaria de certa forma associada ao horizonte de construção de um “um outro mundo possível”, uma periferia ressignificada a partir da luta política juvenil.

3 MÉTODO

Usamos do estudo de revisão bibliográfica com o objetivo de compreender a atuação de coletivos juvenis em contextos de favela e periferia e suas contribuições para a ressignificação do território. Buscamos explorar o conhecimento produzido e ir além dele, vindo a estabelecer novas conexões, propor novos temas e problemas que possam contribuir e expandir as leituras e análises (GALVÃO, 2010). Seguimos o modelo de delimitar um tema (coletivos juvenis periféricos e ação política) e uma pergunta norteadora (qual a contribuição dos coletivos juvenis periféricos para a ressignificação do território?); fazer o levantamento de artigos nas bases de dados; descrever e analisar os estudos escolhidos; e apresentar uma síntese das possíveis contribuições desses textos para a área de estudos.

Quais as contribuições da luta política de coletivos juvenis inseridos em contextos de favelas/periferias para o processo de ressignificação do território? A partir desta pergunta norteadora, iniciamos o trabalho de pesquisa com uma busca de artigos científicos nas seguintes bases de dados: Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, *Google Scholar* e Biblioteca Virtual em Saúde. Selecionamos para a busca as áreas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas.

Para buscar os estudos científicos, usamos os seguintes termos de pesquisa: jovens, juventude, território, favela, periferia, luta política, ação política, transformação, mudança, coletivos juvenis, grupos juvenis, resistência. Todos os termos foram combinados entre si com o uso dos operadores AND e OR, e utilizamos a especificação Título/Resumo. Filtramos os artigos na língua portuguesa e no período entre 2010 e 2018, a fim de identificar como a temática da periferia, do ativismo juvenil e da ressignificação do território tem sido abordada nos estudos mais contemporâneos sobre juventude, a partir da consideração dessa área de estudos como extremamente profícua nas últimas duas décadas.

Foram considerados elegíveis os artigos completos disponíveis nas bases de dados escolhidas, publicados entre 2010 e 2018, no idioma português. A partir da leitura de títulos, resumos e palavras-chave, em determinados casos do artigo por inteiro, selecionamos 5 (cinco) artigos que mais se encaixavam o objetivo de produzir uma análise acerca das implicações políticas dos coletivos juvenis da periferia, como possibilidade de contribuição no processo de ressignificação desse território.

Excluimos os artigos que não respeitaram objetivo do estudo e a pergunta escolhida como norteadora. Privilegiamos os artigos dialogavam com conceitos de território, ativismo juvenil, favela, periferia, transformação; reconhecendo que esta escolha tenha afinado a seleção para duas regiões do Brasil: Sudeste e Nordeste, e para a cultura *hip hop* como possibilidade de ação coletiva juvenil. Analisaremos, posteriormente, como esta cultura nos parece ser um ponto nodal para o ativismo juvenil contemporâneo.

Para a construção das análises, foi realizada uma leitura exaustiva de todo o material coletado e orientada pelas referências teóricas que contextualizam a pergunta norteadora. As análises buscaram abordar as possíveis contribuições de uma teorização sobre a ressignificação do território a partir das lutas dos coletivos juvenis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro artigo escolhido para a análise é intitulado “Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo”, de Renato Souza de Almeida (2013). O referido artigo teve como propósito apresentar uma experiência de um coletivo cultural de jovens na Zona Leste de São Paulo, com finalidade de destacar a atuação desses coletivos nas periferias e apontar como acontece o processo de apropriação do espaço urbano por meio das intervenções artísticas no território.

Para o autor, a relação que os jovens das periferias de São Paulo estabelecem com a região central da cidade é distinta da relação que possuem como seu território. O diferencial consiste no sentimento de pertença e no lugar de referência para esses jovens, expressando-se a partir de nomeações, como, por exemplo, “pedaço”, “quebrada” e “comunidade”. Nesse sentido, o autor reflete que o sentido das intervenções artísticas, principalmente dos jovens ligados ao *hip hop*, a referência com a “quebrada”, evidencia-se de forma mais tônica.

Essas intervenções no espaço vivido possibilitam criar atmosferas que ultrapassam a fragmentação, ocasionada pela vida urbana, bem como produzem novos significantes que permitem que o bairro se torne um espaço de mediação na relação com a cidade e estruturas de poder. Explícita, ainda, que, historicamente, os grupos de *hip hop* contribuíram significativamente na aproximação da periferia como integrante do mapa do espaço urbano, a partir da postura de denúncia das condições precárias de vida na favela, sob a perspectiva que todos da periferia possuem direito à cidade.

Destacamos que os coletivos culturais juvenis consideram o lazer, também, como um direito e estratégia política (MELUCCI, 2011). Para esses coletivos, o lazer é um aspecto substancial no processo de comunicação com outros jovens e com a comunidade. Essas ações são ocasionadas por uma preocupação oriunda da cotidianidade e que passa a ser redirecionada ou ressignificada como respostas lúdicas a este mesmo cotidiano, evidenciando a solidariedade como elemento de linguagem no interior desses grupos. Isso evidencia a concepção dos coletivos juvenis de periferia que organizam a resistência, se “reapropriando” e “ressignificando” as mídias, produções literárias, os espaços públicos – e outras ações que expressam a plataforma da micropolítica.

Assim, a apropriação do espaço público, ocupação de equipamentos públicos abandonados, as festas e as reivindicações ocupam as práticas e os lugares dos coletivos e se metamorfoseiam em linguagens culturais com novos significados. Vemos, assim, um repertório de experiências práticas que possibilitam realizar uma reflexão sobre como as ações dos coletivos são munidas de potencialidades e possibilidades, por meio, da articulação de linguagens culturais, também, com novos significados.

No artigo “A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate”, de Érica Peçanha do Nascimento (2010), a autora oferece uma reflexão sobre as potenciais contribuições teóricas dos coletivos no processo de ressignificação do espaço, na defesa de uma cultura singular e de identidades coletivas em torno da periferia da cidade de São Paulo/SP. É realizado um debate no que tange aos discursos acadêmicos produzidos, historicamente, sobre um determinado consenso com relação à homogeneidade de condições geográficas e de vida sobre as regiões periféricas.

É explanada a necessidade de revisar criticamente as categorias de análises desses discursos, bem como a importância de atualizar o debate a partir de perspectivas teóricas que sinalizem as condições diversificadas nesses territórios. Segundo a autora, o despertar para essa necessidade de revisão acadêmica, deve-se, também, ao pioneirismo de grupos culturais da periferia que mesclaram a produção cultural e o engajamento político. Essa interseção possibilitou a produção de discursos coletivos sobre a periferia, a partir de interpretações dos mecanismos de marginalidade social, expressando-os em intervenções e ações artístico-culturais.

O artigo possibilita uma reflexão acerca da resignificação do território a partir do momento em que realiza a discussão sobre a atuação e o papel sociocultural desses sujeitos na construção de sua cultura singular, em uma conjuntura de múltiplos discursos sobre a periferia, diante do apontamento das atuações de artistas da periferia na produção e engajamento, numa perspectiva político-cultural voltada para o incentivo à produção e consumo de bens culturais no território. Esse processo permite que esses sujeitos ocupem o lugar de porta-vozes dos moradores da periferia no plano cultural, defendendo a singularização e a valorização da cultura da periferia, em que a produção consiste na representação local. Essa perspectiva possibilita uma nova resignificação à periferia, pois “ser da periferia” passa a abranger a participação de certo ethos que contempla a capacidade de enfrentamento das duras condições de vida, bem como o compartilhamento e pertencimento a redes de sociabilidade.

Nesse sentido, faz-se importante destacar as intervenções de escritores periféricos que objetivam estimular a produção, a circulação e o consumo de produtos culturais produzidos nas periferias, em contraste a um marco simbólico de uma perspectiva cultural e hegemônica do país, particularizando a singularidade da favela, também, como um lugar de produção de cultura. Trata-se de escritores oriundos das classes populares e moradores das periferias urbanas para os quais a associação do termo marginal à literatura remete, igualmente, à situação de marginalidade (social, editorial ou jurídica) vivenciada pelo autor e a uma produção literária que visa expressar o que é peculiar aos espaços e sujeitos tidos como marginais/ marginalizados, especialmente com relação à periferia. Outro destaque refere-se aos lugares que ocorrem as intervenções culturais, espaços que se constituem dentro do território, como “um terminal de ônibus, centros comunitários e unidades escolares” (NASCIMENTO, 2010, p. 11).

Esses sujeitos estão inserindo-se em uma cena política ao “apresentarem demandas que sofisticam com relação àquelas comumente associadas aos moradores da periferia (como infraestrutura e serviços básicos), reivindicam também políticas culturais específicas” (NASCIMENTO, 2010, p. 14). Esse redirecionamento sociopolítico possibilita, assim, que esses sujeitos tornem-se protagonistas nos discursos sobre periferia e cultura, edificando uma atuação político-cultural que, como porta-vozes, resignificam o espaço e sublinha o caráter positivo dos vínculos com o território.

O artigo “Juventudes Periféricas: arte e resistências no contemporâneo”, de Alessandra Speranza Lacaz, Silvana Mendes Lima e Ana Lúcia Coelho Heekert (2015), é resultado de uma pesquisa com jovens do município de Niterói/RJ, que buscou analisar o modo de vida de juventudes da periferia no processo de constituição de forças de resistência no território, permeada de produções marginais e também de criações, tendo como campo de análise intervenções realizado por uma instituição.

Ele destaca os processos de convivências dos jovens e a forças de invenção de outros modos de existência que resistem e produzem um combate diante da dimensão do periférico que insiste em colocá-los no lugar de desqualificados, possíveis criminosos, de vítimas e entre outros estereótipos. Dessa forma, o artigo possibilita pensarmos sobre a possibilidade de esses jovens constituírem modos de invenções de existências que escapam a condição pejorativa imposta pela dimensão estereotipada do periférico.

Essa análise demonstra o impacto da resignificação na vida e do território ao revelar a sua multiplicidade e as perspectivas da emergência de produções que podem ser compreendidas como redes potentes de afirmação da vida, pautadas na lógica do singular e do minoritário, diferenciando-se das hegemonias impostas pelo mundo, constituindo-se um devir-periférico:

Estamos entendendo os devires, nesse sentido, como pontos de passagem, como desvios possíveis que fazem estremecer a ordem hegemônica do mundo. [...] devir-periferia seriam focos de liberdade potencializadores de processos de singularização da vida, no sentido de empreender deslocamentos dos estratos representativos que formam nossa sociedade [...]. (LACAZ; LÍMA; HECKERT, 2015, p. 61).

Assim, pensar a periferia constituída por um devir-periférico seria refletir sobre a “coexistência entre as forças marginalizadoras da vida nesses territórios, também daquilo que, justamente nessa condição de estar à margem, faz reverberar outros modos de vida” (LACAZ; LÍMA; HECKERT, 2015, p. 62).

Os jovens, ao se apropriarem da arte como ferramenta de produção de novos campos de referência, contribuem para a emergência de resignificações no território aliando-se a criação de territórios subjetivos balizados por forças da multiplicidade e diversidade.

Dessa forma, para além de todo o contexto perverso e excludente que é imposto às juventudes periféricas, existe um campo complexo de forças, que, por meio do encontro com a música, os deslocamentos físicos e subjetivos possíveis constituem os desvios construídos por esses sujeitos, que colocam em xeque hegemonias.

O artigo “Errâncias racionais: a periferia, o RAP e a política”, de autoria do Giordano Barbin Bertelli (2012), perpassa pela reflexão acerca da dimensão da estética musical no processo de resignificação – especificamente do RAP – na contribuição de uma leitura da periferia, a partir das possibilidades oriundas da sua dinâmica sociocultural e de suas potencialidades, tomando como referência os dinâmicos sociopolíticos da cidade de São Paulo. Assim, o potencial sociopolítico inscrito na estética do RAP está na sua contribuição no processo de resignificação do território, ao contemplar a coexistência entre a dimensão da política e da estética.

Uma parte significativa poética do RAP implica na desconstrução da máquina discursiva que produz a inviabilidade da dimensão política e social das periferias. Avançando nessa perspectiva, vemos que esses versos poéticos procedem à suspensão e à resignificação dos discursos estereotipados sobre a periferia, na contramão de discursos que buscam ler a periferia por meio de um significante de ausência e de universalizar essa leitura a toda sua extensão geográfica e social. (BERTELLI, 2012).

Assim, as letras buscam circunscrever uma vivência compartilhada que, concomitante, confronta e resignifica a experiência do estereótipo. Esses versos produzem processos de (re) apropriação e

desvela a potência do RAP na constituição de tecer o vínculo entre o “sujeito de significação estética e a do sujeito de significação política da experiência” (BERTELLI, 2012, p. 223). Dessa forma, os versos proporcionam, também, um movimento de interrupção aos discursos predominantes e estereotipados sobre a periferia, substituindo a inteligibilidade pela homogeneização e o negativo que opera nos aparatos com quais os grupos periféricos se defronta no cotidiano. Neste sentido, a circulação dos signos e o universo cultural de legibilidade possuem a capacidade de significação desses discursos.

Esse processo consiste no desenvolvimento articulatório de uma estética que operacionaliza, a partir da condição de expropriação, remanejando-a e convertendo-a em horizontes de (re)apropriação do espaço a partir de outras formas. Também, revela a capacidade de significação de seus discursos, como estratégias de resistência adotadas por esses grupos periféricos, no embate com a lógica hegemônica. Esse potencial de conflito, na configuração do sentido social previamente instituído do pejorativo de periferia, implica a disposição ao dissenso diante da realidade e dos significados, viabilizando na (re)politização do discurso estético a ressignificação da ação política no território. Essa dimensão potencializadora é “capaz de explicitar e revestir de significados essa mesma experiência, e por fim, ponto de interseção entre dois processos, emergem sujeitos que articulam um ao outro” (BERTELLI, 2012, p. 234).

Por fim, o RAP inscreve, nos conflitos de uma dinâmica social, uma fronteira simbolicamente constituída pelos “manos” da “quebrada” e é munido de potencial político, de constituição de uma identidade política (PRADO, 2005) que problematiza os limites do sistema social, mas não anula o processo histórico de segregação e estigma além de suas possibilidades. No entanto, contribui significativamente na reconfiguração e no redimensionamento das narrativas da periferia, que é fundamental na luta contra qualquer condição de subalternidade, daqueles que são impedidos de falarem por si próprios (SPIVAK, 2010).

O último artigo analisado, “Arte como política de resistência: dispositivos cartográficos na apreensão de práticas culturais juvenis em uma cidade do Nordeste do Brasil”, escrito por Denise H. P. Laranjeira, Mirela Figueiredo Iriart e Eduardo Luedy (2018), realiza uma análise sob a égide de uma aspiração etnográfica urbana e da cartografia psicossocial, no tocante à produção e difusão cultural – a partir de elementos espaciais e intersubjetivos – da arte protagonizada por coletivos e circuitos culturais juvenis de Feira de Santana, Bahia. Busca compreender as dinâmicas de apropriação e ressignificação do espaço, viabilizando processos de cidadania e pertencimento. Destacamos que a análise etnográfica e psicossocial realizada está consoante com o potencial investigado sobre a (re) invenção de si mesmo e do contexto social, a partir das práticas artístico-culturais, emergidas por meio da cultura juvenil da periferia.

São descritas diversas experiências culturais – como recursos simbólicos – e suas repercussões na trajetória biográfica dos jovens participantes dos coletivos da periferia do município de Feira de Santana, no interior da Bahia. A aproximação em relação às experiências juvenis – por meio de entrevistas, rodas de conversas, observação participante e fotografias – proporcionou um conhecimento além da delimitação dos territórios, significou reconhecer produções que tecessem o espaço físico e simbólico por meio da poesia, do grafite, do *hip-hop*, do pop coreano e do *cosplay*.

Apesar das limitações sociais e políticas de uma mudança radical da ordem societária, ressaltamos que existe uma dimensão potencializadora e emancipatória dessas atividades que alargam o capital social e a participação política desses jovens em territórios marginalizados. Essa construção de respostas consiste numa tentativa de superar ou deslocar de situações de exclusão e privação. Não obstante reconhecer as limitações sociais e políticas de uma mudança radical da ordem societária, reiteramos que existe uma dimensão potencializadora e emancipatória dessas atividades que alargam o capital social e a participação política desses jovens em territórios marginalizados.

Uma das experiências retratadas se refere a um artista jovem da periferia, que intervém e se apropria dos espaços públicos da cidade, por meio do grafite, imprimindo em sua arte temas referentes à cidade e à liberdade. O artista tem como perspectiva comunicar aos jovens que podem exercer seu protagonismo, (re) formando espaços de exclusão em locais de criatividade. Para outro artista, o rap ocupa um lugar de instrumento de reivindicação, com forte teor político ao denunciar as desigualdades sociais dos moradores da periferia, da discriminação racial e das condições precárias e de risco que são submetidos.

Outra, que por meio de sua escrita poética – em conjunto ao coletivo literário, reconhece sua atuação política ao contribuir na reflexão dos sujeitos, descolando-os de uma posição alienante para um lugar dialógico. Já o grupo de *K-pop*, que se dedica em iniciativas comunitárias de coreografias, danças, coreografias e desafiam os padrões heteronormativos ao proporem reflexões no que tange ao gênero e à sexualidade. Os jovens afirmam que esse espaço artístico de dança consiste em “um espaço lúdico e simbólico através do qual afirmam identidade e posições de sujeito” (LARANJEIRA; IRIART; LUEDY, 2018, p. 446).

Os artigos analisados relatam experiências vivenciadas por jovens em cinco cidades brasileiras: São Paulo/SP, Niterói/RJ e Feira de Santana/BA. Não é exequível no espaço deste texto apresentar uma análise aprofundada de cada um desses territórios periféricos, contudo consideramos importante ressaltar que eles são atravessados pelo paradoxo de serem ao mesmo tempo diferentes e similares. Cada um deles tem sua história cultural-social-política-econômica, que configura uma série de situações específicas de exclusão social pautadas na lógica centro-periferia e em outras hierarquias sociais.

Nesse sentido, compreendemos que os territórios periféricos são diversos entre si e dentro de si mesmos (CRUZ, 2007), sendo impossível homogeneizar suas condições psicossociais e os sujeitos que os compõem. Porém, esses territórios guardam semelhanças entre si, ao levarmos em consideração um projeto de sociabilidade brasileira pautada na inferiorização de determinados grupos sociais. São territórios que se assemelham na desvalorização dos/as moradores/as por outros sujeitos da sociedade e no compartilhamento de discursos que colocam esses espaços como lugares da violência, da criminalidade e da carência.

Eles conformam um campo social para os jovens marcado por precariedade econômica, falta de acesso a serviços públicos, exposição à violência e à aniquilação do direito desses/as jovens de viver, colocando-os sob a égide do necropoder. Esses territórios constituem uma zona de privacidades compartilhadas e um ponto de emersão do ativismo juvenil, que busca ressignificar esse território desvalorizado socialmente e os/as jovens com suas experiências invisibilizadas cotidianamente. Esses territórios são, neste sentido, o palco dos acontecimentos históricos, das necessidades mediadas pelo social, das hierarquias sociais e da possibilidade de produzir contra-estigmatizações. São neles que se criam a visibilidade para a periferia, a ressignificação do território e o estabelecimento do direito à diferença em lugares dominados pelos grupos hegemônicos da sociedade.

Como pode se depreender a partir da análise dos artigos, a cultura *hip hop*, especialmente, o *rap*, aparece nas experiências juvenis como um veículo de expressão pública, ao tornar problema social o cotidiano de vida vivenciado por eles/as. Como porta-voz da periferia, o *rap*, busca uma reclassificação simbólica dos grupos estigmatizados pela sociedade ao se valorizar de modo positivo os estigmas atribuídos às experiências dos/as jovens negros/as e moradores/as de periferias. O que provoca uma identificação entre os/as jovens e o *rap* é, justamente, a constituição deste como veículo de resistência à lógica dominante, a criação de novos espaços e modos de existir, o questionamento de algumas hierarquias sociais e a resignificação do território.

A reflexão, via cultura *hip hop*, tem permitido, nesse sentido, aos/às jovens questionar as imagens estigmatizadas produzidas pela sociedade sobre o que é ser um jovem morador de periferia: marginal, ladrão, vagabundo. Na contra-estigmatização vai estar presente, portanto, uma afirmação positiva das suas vivências, uma valorização da periferia e dos seus moradores. Isso significa não ter a sua experiência social desperdiçada dentro de um modelo hegemônico de razão que se mostra intolerante à diferença.

É a luta por reconhecimento e por outro lugar social do que aquele de subcidadão da ralé brasileira. Construir posturas de des-estigmatização e valorizar as próprias experiências e expressões: seus grupos de pertença, sua classe social, sua raça (negra), sua estética corporal (o modo de vestir e de enfeitar o corpo) e seus gostos musicais, mostra que a resistência e a reexistência é o ponto de partida destes jovens, e não o seu ponto de chegada.

Compreendemos que a resistência é um processo relacionado com o enfrentamento de uma situação desigual, visando o estabelecimento de equivalências e que se configura como uma ação que se direciona a alguém ou a algo. Ao direcionar-se à ruptura dos limites de compatibilidade do sistema (MELUCCI, 2011), a resistência estaria de certa forma associada ao horizonte de construção de “um outro mundo possível”. Consideramos, assim, que as experiências juvenis analisadas buscam instaurar novos mundos, ao transformar o sentimento de injustiça em ações sociais de interpelação à ordem estabelecida.

São, portanto, experiências de resistência política, pois instauram conflitos, oposições e antagonismos com a ordem social vigente. Dessa forma, os coletivos juvenis a partir de seus ativismos políticos produzem resistência a partir do anúncio da diferença, da emergência de novas possibilidades de ser e estar no mundo, uma vida ao mesmo tempo singular e coletiva, que reXiste (ZANELLA *et al.*, 2012). ReXistir pode ser tomado, portanto, como mais um derivativo linguístico da resistência, que aponta para a potência da existência, para a insubmissão à marginalização, à desobediência ao esquecimento, ao incômodo pela retomada daquilo que lhes foi negado e roubado, à transformação do campo social de vida que não se conforma à necropolítica e à recriação dos territórios periféricos como outro mundo possível.

5 CONCLUSÃO

Esse estudo buscou refletir sobre a contribuição da luta política dos coletivos juvenis tecida no processo de resignificação do território. Assim, diante do compromisso de desenvolver um trabalho de revisão teórica, a partir de uma perspectiva crítica, o foco central consistiu em identificar os nú-

cleos de sentido nos artigos analisados e que se referiam à resignificação do território a partir das lutas políticas dos coletivos juvenis.

Retomamos aqui a importância da interlocução da reflexão sobre território à luz da perspectiva de Milton Santos. Ao conceber uma análise do território do modo como ele é constituído, contemplando a totalidade de seu uso, suas potencialidades e a realização de possibilidades da vida, reconhece-se que o valor e a importância dos sujeitos é, também, fruto do lugar onde se habita. Essa dimensão contempla uma perspectiva mais ampla e totalizante das relações sociais, uma vez que, intersecciona as múltiplas dimensões da vida social.

Para refletir sobre a contribuição da luta política no processo de resignificação da periferia, é indispensável compreender o território como lugar, também, de confronto diante às imposições à vida em contexto de condições antagônicas, possibilitando um terreno fértil para tomada de consciência e de superação da alienação. Assim, coexistindo com o surgimento de uma prática política e saberes do lugar que possuem a capacidade de contribuir para novas narrativas de vida.

Portanto, pensando a partir das colocações acima, é possível pautar-se em intervenções, no contexto de políticas públicas, que estejam na contramão de práticas e discursos históricos, que estão cristalizadas em uma cultura de homogeneização da favela, que são reproduzidas acriticamente em diversos espaços. Assim, no âmbito das políticas públicas, o desafio consiste em desnaturalizar essas narrativas reducionistas nas práticas profissionais e colocar-se a um processo reflexivo-crítico que pautar os territórios da periferia, por meio de suas potencialidades e desvele os processos políticos emancipadores na luta política dos coletivos desses territórios.

A partir deste trabalho de revisão teórica, identificamos a perspectiva de coletivos da periferia que resistem às condições de exclusão social, de ausência de oportunidades e que, concomitante, buscam apropriar de suas potencialidades e resignificar o território, por meio, da construção de novas narrativas. É possível caracterizar esse processo, a partir da perspectiva de um devir, como polos de resistência no processo de transformação que constrói saídas ao modelo hegemônico.

Evidenciou-se, também, como a atuação desses coletivos resignificam as periferias, recorrendo a mecanismos de resistência contra as estruturas hegemônicas de poder, por meio das diversas intervenções da periferia, com a potencialidade de seus próprios conteúdos narrativos. Esse processo, segundo identificado na leitura dos artigos, possibilita um direcionamento na construção de outra periferia possível, viabilizando um processo de descolamento radical, dentro do próprio lugar.

Nesta perspectiva, é possível destacar que os artigos analisados apresentaram elementos que possibilitam inferir que esse deslocamento dos sujeitos do lugar oprimido e da voz invisível, ante a um contexto hegemônico, ocasiona em impactos de reformulação simbólica do cotidiano. Esses impactos consistem na potencialidade contra-hegemônica e de resistência da luta política na favela, uma vez que ao reconhecer sua matriz constituinte do diferente, contribui na produção de enfrentamentos em relação à naturalização de preconceitos, no ciclo de hierarquias e desigualdades sociais, presente nos discursos difundidos.

Por fim, ressalta-se a contribuição desse estudo – e da continuidade desse debate – na reflexão daqueles/as profissionais que atuam no âmbito da política pública, no processo de elaboração de uma leitura psicossocial da periferia, dos seus sujeitos e da construção de alternativas que levam em consideração a relação sujeito e seu território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Rev. Inst. Estud. Bras.** [online], n. 56, p. 151-172, 2013.

AUGUSTO, N. M. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 155-177, junho 2008.

BACELAR, R. P. **Onde o político tradicional vai, o ambiental vai muito mais profundo:** ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, J. L.; SILVA, J. S. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos de Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n 1, p. 115-126, 2013.

BERTELLI, G. B. Errâncias racionais: a periferia, o RAP e a política. **Sociologias** [online], v. 14, n. 31, p. 214-237, 2012.

CRUZ, M. M. **Vozes das favelas na internet:** disputas discursivas por estima social. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GALVAO, M. C. B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: FRANCO, L. J.; PASSOS, A. D. C (org.). **Fundamentos de epidemiologia**. São Paulo: Manole, 2010. p. 377-389.

GEREMIAS, L. **A fúria negra ressuscita:** as raízes subjetivas do hip hop brasileiro. 2006. 156 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade Pinheiro Guimarães, Rio de Janeiro, 2006.

LACAZ, A. S.; LIMA, S. M.; HECKERT, A. L. C. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. **Psicol. Soc.** [online], v. 27, n. 1, p. 58-67, 2015.

LARANJEIRA, D. H. P.; IRIAT, M. F.; LUEDY, E. Arte como política de resistência: dispositivos cartográficos na apreensão de práticas culturais juvenis em uma cidade do Nordeste do Brasil. **Etnográfica** [Online], v. 22, n. 2, p. 427-452, 2018.

MAYORGA, C. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estud. psicol.**, Natal, v. 18, n. 2, p. 343-350, 2013.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, É. P. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate. **RUA** [online], v. 2, n. 16, p. 112-127, 2010.

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, v. 8, n. 11, p. 59-71, 2002.

PRADO, M. A. M. Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 37, p. 47-65, 2005.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. **Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOMMASI, M. L. Enfoques y prácticas de trabajo con los jóvenes. Una mirada de las organizaciones no gubernamentales brasileñas. **JOVENes**, Revista de Estudios sobre Juventud, v. 9, n. 22, p. 48-69, 2005.

ZANELLA, A. V.; LEVITAN, D.; ALMEIDA, G. B.; FURTADO, J. R. Sobre reXistências. **Revista Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 247-262, 2012.

ZENI, B. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 226-241 jan./abr. 2004.

Recebido em: 30 de Janeiro de 2021

Avaliado em: 5 de Maio de 2021

Aceito em: 10 de Maio de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Especialista em Intervenção Psicossocial no Contexto das Políticas Públicas pelo Centro Universitário UMA; Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário UMA; Assistente Social no Núcleo de Assistência às Famílias de Indivíduos Privados de Liberdade (NAF) do município de Betim/MG. E-mail: peter.augusto13@gmail.com

2 Doutor em Psicologia social – UFMG; Mestre em Psicologia Social – UFMG; Pós-doutorando em Saúde Coletiva pela Fiocruz; Psicólogo; Professor do curso de Psicologia da Faculdade Arnaldo. E-mail: paulosilva.junior@yahoo.com.br



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

